



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

GRASIELE BERTICELLI

EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

ERECHIM, 2018.

GRASIELE BERTICELLI

EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Agronomia – Ênfase em Agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para conclusão da graduação em Agronomia.

Orientadora: Prof.^a MSc. Tarita Cira Deboni

ERECHIM, 2018.

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Berticelli, Grasielle

Emancipação de mulheres por meio de práticas agroecológicas / Grasielle Berticelli. -- 2018.
37 f.:il.

Orientadora: Mestra Tarita Cira Deboni.

Co-orientadora: Mestra Naira Estela Roesler Mohr.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Curso de Agronomia, Erechim,
RS, 2018.

1. Agroecologia. 2. Agronegócio. 3. Feminismo Camponês Popular. 4. Emancipação de Mulheres. 5. Capitalismo patriarcal. I. Deboni, Tarita Cira, orient. II. Mohr, Naira Estela Roesler, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

GRASIELE BERTICELLI

EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

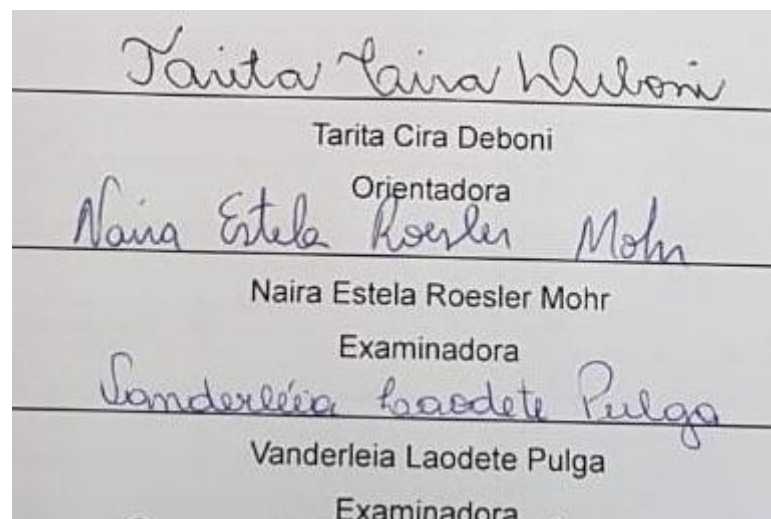
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Agronomia – Ênfase em Agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para conclusão da graduação em Agronomia.

Orientadora: Prof.^a MSc. Tarita Cira Deboni

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

26/11/2018

BANCA EXAMINADORA:



Tarita Cira Deboni
Tarita Cira Deboni
Orientadora
Naira Estela Roesler Mohr
Naira Estela Roesler Mohr
Examinadora
Vanderleia Laodete Pulga
Vanderleia Laodete Pulga
Examinadora

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a temática da emancipação de mulheres por meio de práticas agroecológicas, tendo como objetivos denunciar o mecanismo destrutivo do modelo convencional de agricultura proveniente da Revolução Verde, que produz e reproduz exploração e desigualdades; validar a Agroecologia como importante caminho emancipatório feminino e de luta contra o modelo do Agronegócio, com base em experiências reais de conquista da autonomia; e apontar o Feminismo Camponês Popular como movimento e recorte fundamental a ser feito para o empoderamento das mulheres do campo. Para tanto, foram entrevistadas cinco mulheres de municípios das regiões norte e noroeste do RS, ligadas a entidades engajadas na construção da autonomia das mulheres e da Agroecologia, sendo três do Movimento de Atingidos/as por Barragens – MAB¹, de Alecrim, uma do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC², de Charrua e uma da Rede Ecovida de Agroecologia³, de Severiano de Almeida. Dentre os principais resultados obtidos, na questão dos benefícios trazidos pela Agroecologia, estão a melhora na qualidade de vida e na saúde das famílias, a construção da soberania alimentar e de diversas formas de emancipação, como nas relações de gênero, política, econômica, deliberativa, nutricional. Nesse contexto, a Agroecologia, que só é possível aliada ao feminismo e à luta social, se apresenta como uma forte arma de contraposição ao Agronegócio e um importante caminho de emancipação para as mulheres, por possibilitar o despertar de consciência e a construção da autonomia, em suas diversas formas.

Palavras-chave: Agroecologia. Agronegócio. Mulheres. Emancipação. Feminismo.

¹ De acordo com as definições do MAB (2011) disponíveis no site, este é um movimento social popular, de massas, autônomo, de caráter socialista, anticapitalista-patriarcal-imperialista. Nacionalizado em 1991, organiza e articula as ações contra as barragens e por direitos. Sua atuação é em defesa dos direitos humanos, na luta contra as violações sofridas pelas populações atingidas e ameaçadas e pela construção de um projeto energético popular para o Brasil, com soberania e distribuição da riqueza, desafiando-se ao desenvolvimento da agroecologia nas bases.

² Segundo Boni (2013) é um movimento social criado em 2004 como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo, sejam agricultoras, pescadoras ou extrativistas. O MMC é de caráter autônomo, camponês, feminista e socialista, colaborando para a construção da Agroecologia e da nova sociedade, baseada nos valores de respeito e justiça. Em Santa Catarina, o movimento tem uma história de quase três décadas.

³ Segundo o site da Rede, através dela é feito o processo de certificação participativa de produtores/as orgânicos/as. Seu funcionamento é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Criada em 1998, atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios.

RESUMEN

El presente monografía aborda el tema de la emancipación de las mujeres através de prácticas agroecológicas, que tienen como objetivos denunciar el mecanismo destructivo del modelo convencional de agricultura de la Revolución Verde, que produce y reproduce la desigualdad y la explotación; validar la Agroecología como una forma importante de emancipador de las mujeres y lucha contra el modelo de Agronegocio, basado en experiencias reales de la conquista de la autonomía; y el Feminismo Popular Campesino como un movimiento y recorte esencial para el empoderamiento de las mujeres en el campo. Para ello, entrevistamos a cinco mujeres en los municipios en el norte y noroeste de RS, vinculados a entidades dedicadas a la construcción de la autonomía de las mujeres y la Agroecología, siendo tres del Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, de Alecrim, una del Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, de Charrua y una de la Rede Ecovida de Agroecologia, de Severiano de Almeida. Entre los principales resultados obtenidos, respecto de las ventajas traídas por la Agroecología, la mejora en la calidad de vida y la salud de las familias, la construcción de la soberanía alimentaria y varias formas de emancipación, como las relaciones de género, política, económica, deliberativa y nutricional. En este contexto, la Agroecología, que es solamente posible aliado al feminismo y la lucha social, se presenta como una fuerte arma de contraposición al agronegocio y una importante forma de emancipación de las mujeres, al permitir el despertar de la conciencia y la construcción de autonomía, en sus diversas formas.

Palabras-clave: Agroecología. Agroindustria. Las mujeres. Emancipación. El feminismo.

LISTA DE SIGLAS

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CLOC - Coordenadoria Latino-Americana das Organizações do Campo

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

GAS – Grupo de Alimentação Saudável

MAB – Movimento de Atingidos/as por Barragens

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAEPS - Programa Agroecologia e Economia Popular Solidária

PAIS - Produção Agroecológica Integrada Sustentável

PR – Paraná

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SUTRAF-AU - Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto
Uruguai

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICOOPER - Cooperativa Central de Agricultura Familiar Ltda.

UPVF – Unidade de Produção e Vida Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVO GERAL	11
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3	METODOLOGIA.....	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS.....	34
	APÊNDICE A – FOTOS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central as mulheres e a Agroecologia, tratando do processo de emancipação das sujeitas do campo proporcionado pelo desenvolvimento de novas relações entre pessoas e destas com a natureza, por meio de práticas agrícolas de base agroecológica. Para tanto, buscou-se trabalhar com mulheres do Movimento de Atingidos/as por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e Rede Ecovida de Agroecologia.

A realização da pesquisa proposta se justifica pela escassez de trabalhos documentados que abordem a temática de gênero e Agroecologia, tendo em vista a grande dependência sofrida pelas mulheres do campo em relação às figuras masculinas, seja de ordem econômica, patrimonial, produtiva, organizativa, política e deliberativa quanto aos assuntos da unidade de produção agrícola e na luta social.

A dependência tecnológica e as demais consequências severas da modernização conservadora da Revolução Verde⁴, de caráter capitalista⁵ e patriarcal⁶, se constituem em grandes mazelas no dia-a-dia das mulheres camponesas, que têm seus trabalhos invisibilizados, desvalorizados, e suas vozes silenciadas e desconsideradas. Nesse sentido, o empoderamento das camponesas e sua emancipação por meio de práticas Agroecológicas se constituem como processos fundamentais para a construção de um projeto de sociedade que rompa com a dominação de classe e de gênero.

É importante ressaltar também a história de luta dos movimentos sociais e do povo organizado em geral, pela vinda da UFFS para a região do Alto Uruguai Gaúcho, no município de Erechim, com o intuito de oferecer educação pública, popular, democrática e de qualidade para o desenvolvimento da região. É nesse sentido que foi criado o curso de Bacharelado em Agronomia – Ênfase em

⁴ A expressão “Revolução Verde”, surgida por volta de 1960, representa um processo de mudança tecnológica e química no modo de produção agrícola, promovendo uma modernização no campo de caráter autoritário e conservador, após o golpe de 1964, com a manutenção da estrutura agrária do país, com concentração de terras e capital por parte de poucos e pobreza por parte de muitos.

⁵ O capitalismo, surgido a partir do séc. XV e intensificado após a Revolução Industrial (XVIII), é um sistema econômico, social e ideológico que visa o acúmulo de riquezas e de propriedades privadas por poucos indivíduos na sociedade, através da exploração da natureza e da transformação desta pelos/as trabalhadores/as, os/as quais recebem um salário em troca da venda de sua mão-de-obra, para a manutenção de suas capacidades produtivas. Esse sistema promove desigualdades e violências, com caráter patriarcal.

⁶ O patriarcado, o qual surgiu com a instituição da propriedade privada pelos seres humanos nas sociedades primitivas, é um sistema de opressão que promove inúmeras formas de violência contra as mulheres, submetendo-as à condição de propriedade masculina, para a manutenção dos homens.

Agroecologia, sendo esta uma demanda regional, reflexo dos impactos destrutivos do Agronegócio, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde da população, que vem sofrendo com índices crescentes de enfermidades causadas pelo alto consumo de agroquímicos, tendo reflexos também na produção da agropecuária, no êxodo rural, na sucessão familiar, na masculinização do campo e na economia. Assim, torna-se relevante o desenvolvimento de estudos mostrando a viabilidade e a necessidade de práticas agrícolas que respeitem a natureza e as relações entre seres humanos, com destaque para as questões de classe e de gênero.

A escolha por trabalhar com mulheres militantes de movimentos sociais, se deve também ao meu processo de militância, iniciado na graduação por meio da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, em que comecei a ter contato de forma mais crítica e contundente com as temáticas de gênero, Agroecologia e luta política-social. Por meio da FEAB, entidade organizada na Via Campesina⁷, tive o contato inicial com o MAB, movimento no qual contribuo, conhecendo aos poucos sua história de lutas e conquistas, assim, me reconhecendo enquanto atingida indireta por barragem, pelo histórico de minha família, que foi obrigada a sair da cidade de Itá/SC, rumo à Francisco Beltrão/PR por consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Itá. O interesse por desenvolver o estudo junto ao MMC, movimento de grande importância para a organização das mulheres camponesas na luta pela transformação social, se deve também a construção coletiva de minha consciência de gênero e de classe, enquanto mulher e filha de pequenos agricultores.

O problema identificado e para o qual procurou-se uma explicação e possíveis soluções é o de como o modelo convencional agroexportador de agricultura, expresso no agronegócio, invisibiliza, explora, oprime e priva as mulheres agricultoras de sua autonomia⁸, e como construir caminhos de libertação deste sistema capitalista e patriarcal produtor e reprodutor de tais mazelas.

⁷ Segundo a Via Campesina, esta é “um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres e jovens rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo [que] defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça e a dignidade social e se opõe fortemente à agricultura corporativa que destrói as relações sociais e a natureza. Compreende 182 organizações locais e nacionais em 81 países da África, Ásia, Europa e Américas. Ao todo, representa cerca de 200 milhões de agricultores.

⁸ Segundo o filósofo Kant (XVIII – XIX) conforme o dicionário Houaiss, é a “capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante”.

1.1 OBJETIVO GERAL

Com base em experiências concretas de conquista de autonomia, discutir o caminho para a emancipação das mulheres camponesas, aliada à construção de novas relações no campo, entre pessoas e natureza.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar o mecanismo destrutivo do modelo convencional de agricultura proveniente da Revolução Verde, que produz e reproduz exploração e desigualdades.
- Validar a Agroecologia como importante caminho emancipatório feminino e de luta contra o modelo do Agronegócio, com base em experiências reais de conquista da autonomia.
- Apontar o Feminismo Camponês Popular como movimento e recorte fundamental a ser feito para o empoderamento das mulheres do campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, historicamente, a produção de alimentos está ligada às comunidades indígenas, quilombolas, mestiças, brancas não herdeiras e de imigrantes europeus, estando à margem do modelo de desenvolvimento desde a constituição da nação (ATALFIN, 2007, p. 09 apud JAHN; CONTE, 2015 p. 21).

As autoras Jahn e Conte (2015, p. 18) fazem uma retomada histórica da chamada “modernização da agricultura”, que teve início na década de 1950 no mundo, chegando ao Brasil em 1960-70, tornando-se hegemônica e passando a ser considerada “convencional”. A agricultura convencional representa um modelo implementado pela agricultura extensiva e imposto para a pequena agricultura, baseado no uso de novas tecnologias, aumento da produção e consequente uso de agroquímicos, com a entrada do capital industrial no campo, surgindo, assim, o Agronegócio. A agricultura fruto da Revolução Verde mostra-se insustentável, ao ser implantada de forma desigual e concentradora, provocando desigualdades estruturais que põem em risco o desenvolvimento do povo e do território. Como

denunciado por Milton Santos (2005), culminou em uma “modernização em manchas”.

O Agronegócio, modelo hegemônico de agricultura atual, se estrutura em grandes extensões de terras, se apropriando de territórios das pequenas agriculturas (familiar, camponesa, quilombola, indígena, ribeirinha...) eliminando comunidades por meio da mecanização e utilizando grandes volumes de agroquímicos, fundamentais para a manutenção do modelo.

Tal modelo de produção capitalista agroexportador, conforme apontado por Jahn e Conte (p. 19), tem reflexos desastrosos ao desconsiderar a cultura alimentar e o clima de cada região, provocando a redução e estagnação das áreas para cultivo de alimentos, com conseqüente aumento dos gastos com importação, além da perda de biodiversidade pela erosão genética e proliferação de pragas pela eliminação de predadores naturais. Segundo Ploeg (2008) o processo de industrialização da agricultura, reflexo de uma lógica empresarial, provoca um afastamento da natureza, com o crescente uso de insumos artificiais em detrimento dos naturais.

Para um entendimento e problematização mais qualificada da realidade agrícola nacional, é importante trazeremos alguns conceitos de pequenas agriculturas. A agricultura familiar é parte de um grupo diverso de pequenas agriculturas existentes no Brasil, sendo um termo recente, influenciado e direcionado pelo Banco Mundial. Como exposto por Wanderley (2003, p. 45-46), o caráter familiar da agricultura se deve à forma de organização dentro da unidade de produção, tendo os laços familiares como centrais para a produção do auto-sustento e reprodução da família, na tomada de decisões, com relações diretas entre a gestão da terra, trabalho, consumo e laços afetivos. A associação entre cultura, tradição, identidade e preservação ambiental influencia diretamente o modo de vida e de produção na pequena agricultura, pelo fato de a família residir no território em que produz, o qual precisa ser preservado para garantir a sua continuidade.

Conforme dados do DIEESE (2011) do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar utiliza-se de 24% das terras, empregando 15 trabalhadoras/es a cada 100 ha, para produzir 70% dos diversos alimentos para a população. Em contrapartida, a agricultura patronal emprega apenas 1 trabalhadora/or a cada 100 ha. A partir dos dados apresentados, é perceptível que a agricultura familiar teria plenas condições de promover a soberania alimentar nacional, se lhe fosse

garantido a acesso à terra por uma política de reforma agrária⁹, além do acesso ao crédito, assistência técnica, tecnologias e formação.

De acordo com Jahn e Conte (2015, p. 17) a partir dos anos 2.000, por meio da Via Campesina, as discussões sobre agricultura camponesa se intensificaram. Ainda conforme as autoras, o conceito de campesinato altera-se de acordo com a pressão das organizações populares, responsáveis indiretas pela criação e reformulação de leis e decretos.

O campesinato, associado a sociedades camponesas, pode ser entendido como uma categoria social da agricultura familiar, por ter como elementos centrais a família, a propriedade/posse e o trabalho. Porém, apresenta diferenças marcantes, com base nas discussões da Via Campesina/RS, como aponta Conte (2014, p. 26 apud JAHN; CONTE, p. 26):

A luta combativa que rememora as Ligas Camponesas, tecendo dura crítica ao agronegócio; crítica ao modelo capitalista, afirmando que é preciso estabelecer outros mercados, além dos locais, com políticas estruturantes por parte do Estado; Agroecologia como desafio a ser implantado de forma ampla e, portanto, a inserção das mulheres e juventude como protagonistas, sujeitos na agricultura.

Como aponta Ploeg (2009, p.18) as/os camponesas/es lutam e resistem por direitos sociais, pelo livre acesso aos recursos da natureza, de forma autogestionada, em um contexto rural de dependência, marginalização e exclusão, no qual o acesso a terra é elemento central.

Segundo Wanderley (2003, p. 57), as populações excluídas do processo de modernização agrícola foram obrigadas a abandonar o campo rumo à cidade, num movimento massivo de êxodo rural – principalmente entre jovens – servindo de mão de obra para o capitalismo industrial urbano. Nesse contexto, as/os agricultoras/es que permaneceram no campo, a margem da modernização, passaram a ser chamadas/os de atrasadas/os e avessos ao progresso, criando-se uma imagem preconceituosa de tudo o que era característico e cultural do campesinato, sendo negado, não reconhecido e subordinado.

⁹ Segundo o Dicionário da Educação do Campo, “é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. O principal instrumento jurídico utilizado é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os L ATIFÚNDIOS, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.”

Como forma de sobrevivência, boa parte da agricultura familiar foi adotando o novo modelo convencional, passando a priorizar a produção de commodities¹⁰ em detrimento dos alimentos. Segundo Wanderley (2003, p. 55):

Agricultores com história camponesa acabam por ter que se sujeitar e adaptar as condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional - que, precisamente, permite defini-los como camponeses - é profundamente afetada por tal processo de integração econômico-social.

Ainda conforme a autora (p. 47), mais que uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponesa/es tradicional para agricultora/or familiar “moderno” teríamos que considerar, ao mesmo tempo, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais (camponesa e familiar). Assim, mesmo estando integrados à lógica do capital, a família agricultora segue camponesa, de certa forma, ao manter a relação familiar no centro das decisões, da produção e da reprodução.

Na sociedade de classes, a resistência contra todas as formas de opressão e exploração é uma constante na trajetória de luta dos povos marginalizados. Tratando-se de agriculturas, não é diferente. Em contraposição ao Agronegócio, a Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos sobre a dinâmica da natureza, sobre as formas como esta é transformada pelos seres humanos através do trabalho e de que forma este trabalho influencia as relações em sociedade (sejam de gênero, econômicas, políticas...) ao incorporar princípios ecológicos, políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, além de valores culturais e éticos.

A Agroecologia é uma forte bandeira de luta dos movimentos camponeses, pelo seu caráter de contestação ao sistema capitalista e patriarcal, apontando o caminho para a construção de um projeto de sociedade soberana, em que não ocorra opressão e exploração, seja ela de classes, de gênero, de origem ou geracional, começando desde a produção do auto-sustento. Para ser efetiva, deve ser adotada como um modo de vida, com valores de cooperação, solidariedade, respeito, socialização e uso consciente dos recursos naturais, como a água e a terra, produzindo alimentos saudáveis, suficientes e acessíveis, assim como na produção e reprodução da vida e de relações de equidade entre seres humanos.

¹⁰ Segundo o Dicionário da Educação do Campo, é “qualquer produto originário de atividade agropecuária, em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional.”

Na concepção do Movimento de Mulheres Camponesas (CINELLI e SANTOS, 2015, p. 67):

A Agroecologia constitui-se em uma ferramenta estratégica de resistência das camponesas e camponeses e de proposição de um Projeto de Agricultura Camponesa e Agroecológica, incorporando um novo modo de vida, baseado na construção de novas relações de gênero entre homens e mulheres e desses com a natureza, na produção de alimentos saudáveis e diversificados, no consumo consciente, na adoção de técnicas de produção menos agressivas ao meio ambiente e mais sustentáveis¹¹.

Como sistema de produção agrícola contestador, com tecnologia própria e com caráter classista, a Agroecologia confronta o Agronegócio em qualquer escala, resgatando saberes populares marginalizados pela Revolução Verde, multiplicando biodiversidade e pautando uma nova forma de organização, produção e vida no campo. Como apontam Theodoro, Duarte e Viana (2009, p. 26) as práticas agrícolas são validadas pela experiência de quem as desempenha a campo, pelas populações tradicionais indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas, e não em laboratórios e estações experimentais de acesso restrito à uma pequena parcela da população. A Agroecologia não é feita a partir de pacotes e receitas prontas, mas a partir das características próprias de cada território e povo, que enxergam na terra, na natureza, uma fonte de vida e conhecimentos, acima do lucro.

De acordo com as autoras Cinelli e Santos (2015, p. 69), a Agroecologia surge como movimento na América Latina, a partir de, mais ou menos, 1950, embora haja registros desde o início do século XX. É importante lembrarmos que termos são transitórios e apropriados pelo capital em uma sociedade de rótulos, assim como aconteceu com o termo “sustentável”. Nenhum modo de produção agrícola capitalista se enquadra como agroecológico, constituindo assim, uma luta contra a apropriação e distorção de seu significado. Existem vários métodos de manejo diferentes de se fazer agricultura de base agroecológica, todos indo além da simples substituição de insumos químicos, tóxicos, por ecológicos. Nem todas as correntes de agricultura de base ecológica são, necessariamente, agroecológicas, na medida que não busquem alternativas ao sistema capitalista patriarcal.

¹¹ A palavra “sustentável” é um exemplo da prática de apropriação do discurso do capital sobre conceitos que, na raiz, são opostos às práticas do capitalismo. Tal termo, que remete à práticas menos agressivas ao meio ambiente, num sentido de preservação, foi visto pelo sistema capitalista como um novo nicho de mercado, para multiplicação de seus lucros, seguindo a tendência mundial de redução de impactos ambientais.

De acordo com Machado e Machado Filho (2014, p. 190), a Agroecologia compreende as dimensões de escala (fornecer alimentos para o mundo, além da subsistência), social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica e ética. As autoras Cinelli e Santos (2015, p. 71) também abordam, como princípios da sustentabilidade num agroecossistema: a produtividade, estabilidade, adaptabilidade, resiliência, equidade (divisão social, sexual e geracional do trabalho) e autonomia. Segundo Gleissman (2000), são critérios para uma agricultura sustentável: a baixa dependência de insumos externos; técnicas de manejo de baixo impacto; compreensão dos processos naturais (ao invés de tentar manipulá-los); fertilidade e biodiversidade para estabilidade à longo prazo; conhecimentos populares de populações tradicionais; autoconsumo e comercialização do excedente. Na reflexão sobre as formas como é desenvolvida a agricultura e suas consequências, precisamos atentar para o papel das mulheres e das/dos jovens enquanto sujeitas/os na agricultura, após a consolidação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, além do que seria possível fazer para rever e reverter o quadro de desigualdades e por onde começar.

Quando tratamos de agricultura, é fundamental resgatarmos o protagonismo das mulheres e sua contribuição histórica na produção de alimentos. A agricultura foi fundada pelas mulheres que, a partir da observação da natureza, compreenderam a importância do solo e iniciaram a técnica de semear, promovendo o melhoramento genético ao longo dos milênios, ao selecionar as melhores sementes para cultivo.

Como problematizado por Jahn e Conte (2015, p. 31) a contínua reflexão sobre a cultura machista enraizada nas relações entre a família agricultora é fundamental para o reconhecimento do protagonismo histórico das mulheres na produção de alimentos e geração de renda. Assim, se faz necessária a luta pela manutenção de políticas públicas e ampliação destas, como formas de incentivo à organização política das mulheres, principalmente em organizações específicas, em que possam debater sobre suas realidades e fazer proposições, em vista da cultura patriarcal existente nas organizações mistas e na sociedade como um todo, que faz com que sejam privadas de liberdade e de voz ativa, inclusive por causa da divisão do trabalho.

De acordo com Irene Léon (2003, p. 218 apud COLLET; CIMA, p. 40) apenas 1% das mulheres agricultoras possuem a propriedade da terra, escancarando a realidade da desigualdade de gênero, que resulta na privação da autonomia

feminina, tanto patrimonial e econômica quanto cultural, política e social. Segundo Collet e Cima (2015, p. 43) as terras que são de propriedade de mulheres são menores em relação aos homens, com baixo potencial produtivo, de difícil acesso, além de faltar assistência técnica e capacitação para acessar o crédito. O trabalho é mais penoso para as mulheres, pela dificuldade de acesso a ferramentas e tecnologias, em uma cultura patriarcal na qual as máquinas são privilégios masculinos. Segundo Conte (2014) para as mulheres camponesas, a falta de tecnologias adaptadas é um obstáculo para a produção de alimentos com qualidade, para a geração de renda e sucessão familiar. O êxodo rural é um sério problema no campo, atingindo principalmente as mulheres e resultando num processo de envelhecimento e masculinização do campo.

Dados do DIEESE (2011) apontam que, das pessoas ocupadas na agropecuária, as mulheres correspondem a 46,7% na produção de bens de autoconsumo, ao passo que os homens são 14,0%. Ainda, 30,7% das mulheres ocupadas na agropecuária estão em trabalhos não remunerados, e 11,1% de homens, além de elas representarem 5,1% das empregadas permanentes na agricultura, 6,1% no trabalho temporário, 10,6% que trabalham por conta própria e 0,8% de empregadoras. Nos dados há uma separação do que é considerado trabalho (produtivo) com a esfera reprodutiva, que, no caso das camponesas, é difícil fazer a separação. Fica explícito que o trabalho voltado ao autoconsumo não é visibilizado. Segundo Jahn e Conte (2015, p. 24) “[...] quando há frustração da safra, considerada renda principal, são as ditas “miudezas” (queijos, ovos, galinhas...) que garantem ingresso financeiro e sustentação dos membros do grupo familiar.”

Como apontado por Stédile e Carvalho (2012, p. 13 apud COLLET; CIMA, 2015, p. 49) o conceito de soberania alimentar, fruto das contribuições da Via Campesina na Cúpula Mundial sobre a Alimentação em 1996, parte do princípio que o alimento é um direito da humanidade e não uma mercadoria, diferente do conceito de segurança alimentar, ligado a interesses mercadológicos das corporações de alimentos industrializados. Um povo soberano decide sobre seu sistema alimentar e produtivo, com controle sobre seus recursos naturais, tendo acesso à alimentos nutritivos, produzidos de forma social e ecologicamente correta e culturalmente adequada. Para a Via Campesina, é também um princípio ético de vida e uma estratégia política de enfrentamento ao sistema capitalista. A soberania alimentar

começa em casa, nos quintais produtivos, espaço esse em que as mulheres têm protagonismo.

Em oposição à lógica exploratória e predadora do Agronegócio, a Agroecologia, como modo de vida, de organização e de produção, proporciona às mulheres ocuparem seu devido lugar de protagonismo na agricultura, no cultivo e preparo alimentos, na criação de animais, e tantas outras atividades por elas historicamente desempenhadas, que foram invisibilizadas e menosprezadas após o estabelecimento da propriedade privada - a partir da qual surge o patriarcado - e, principalmente, do capitalismo. Como apontam as autoras Cinelli e Santos (2015, p. 77):

As atividades produtivas que as mulheres desempenham no conjunto das unidades de produção, como horta, pomar, cuidado com animais, trabalhos domésticos, cuidado com as pessoas, produção e preparo de alimentos, cultivo e uso das plantas medicinais, produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas, conservação da biodiversidade animal e vegetal, passam a ser reconhecidas e valorizadas quando inseridas em sistemas de produção agroecológicos. Esse trabalho passa a ser de fundamental importância para garantia da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental.

Tais atividades produtivas desempenhadas pelas mulheres, dentre outras, constituem-se em espaços de autonomia e decisão, gerando renda e ressignificando os saberes camponeses. Na concepção do MMC (2007), a construção de uma nova consciência ecológica e solidária, em harmonia e com respeito aos ciclos da natureza, à mãe terra, só é possível a partir de uma reeducação sobre o que comemos, como produzimos e como oferecemos aos outros para comer, lembrando também que os alimentos orgânicos apresentam maior concentração de nutrientes favoráveis à saúde, ao passo que a agricultura moderna altera a essência destes alimentos.

Na luta histórica das mulheres por suas vidas, por direitos, por respeito e reconhecimento, o feminismo diz respeito à resistência e à luta contra a dominação masculina e a hierarquia de gênero. Para além de um movimento, é uma perspectiva, uma filosofia, um projeto de sociedade, tendo como horizonte a equidade, a liberdade, a autonomia, o fim da opressão de gênero, a igualdade de direitos e, principalmente, o protagonismo das mulheres em sua construção, deliberando sobre suas pautas e estratégias. Assim, tanto organizações de mulheres

ou mistas podem ter um viés feminista, com o apoio fundamental dos homens, os quais em hipótese alguma serão feministas, pois o feminismo diz respeito a uma luta protagonizada por mulheres, contra um sistema patriarcal criado por homens, estrutural na sociedade capitalista, que promove a naturalização do machismo e a reprodução deste, no qual os homens são sujeitos de privilégios. Na luta feminista, aos homens cabe o apoio e a desconstrução, pois há uma diferença muito grande entre enxergar o machismo e sofrê-lo na pele.

No universo de luta das mulheres camponesas, principalmente das organizadas no MMC, surge o Feminismo Camponês Popular, o qual tem como objetivo a organização das mulheres na luta por direitos, por um projeto de agricultura e denúncia do patriarcado. É necessário aprender a ter solidariedade, tomar decisões, construir concepções e ações de forma coletiva.

Tanto o Feminismo Camponês Popular quanto a Agroecologia pautam transformações estruturais, nas relações sociais, culturais e ambientais, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, com base na cooperação, acesso amplo à direitos e respeito mútuo, que rompa com o capitalismo e sua base ideológica, o patriarcado.

3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta se caracteriza como qualitativa, a partir de uma abordagem empírica, realizada por meio de entrevistas e recursos de pesquisa bibliográfica, para analisar as relações de gênero que estão postas nos meios em que as mulheres agricultoras estão inseridas, e as relações destas mulheres com a natureza e a prática agroecológica. O estudo foi conduzido por meio de articulação com o MAB, MMC e com a Rede Ecovida de Agroecologia, entidades estas que possuem atuação histórica com agricultura de base agroecológica e na luta social no campo no estado do Rio Grande do Sul.

A escolha por trabalhar com mulheres agricultoras ligadas ao MAB, ao MMC e à Rede Ecovida de Agroecologia se deve pelo trabalho histórico destas entidades com o desenvolvimento da agricultura de base agroecológica no RS, com certificação participativa de produtos orgânicos, no caso da Ecovida, com o desenvolvimento de tecnologias sociais, com destaque para o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), no caso do MAB e com a luta

histórica anticapitalista e patriarcal das mulheres camponesas organizadas no MMC. A resposta para o problema de pesquisa foi buscada a partir de entrevistas semiestruturadas à 5 agricultoras, em processo de transição e em sistema agroecológico, de municípios do RS onde se tem relatos de experiências exitosas em Agroecologia. A escolha das participantes da pesquisa se deu por indicação do MAB e pela relação de proximidade com as mulheres do MMC e da Ecovida. Os municípios que fazem parte da amostra são Alecrim (3), Severiano de Almeida (1) e Charrua (1).

Para o planejamento das entrevistas, foi elaborado um roteiro no qual consta uma lista de tópicos a serem seguidos durante a conversa. Para o bom andamento do processo, foi feito um contato inicial com as agricultoras, por intermédio das entidades das quais participam e diretamente com as entrevistadas. Foi feito o uso de gravador como instrumento acessório, o que possibilita a posterior sistematização da conversação e análise dos dados. As entrevistas aconteceram durante o semestre 2018/2, em datas previamente marcadas de acordo com a disponibilidade das entrevistadas e da entrevistadora. Os nomes das mulheres que participaram da pesquisa foram trocados, por questões de segurança e privacidade.

A entrevista foi um levantamento das relações de dependência das mulheres nas questões de gênero, econômica, na tomada de decisões no âmbito familiar e político e ao modelo de produção agrícola, antes e após o início da prática agroecológica, visando entender de que forma a Agroecologia promove, na prática, a emancipação feminina, econômica, cultural, social e política, e quais os gargalos nesse processo.

As questões que conduziram o diálogo com as entrevistadas são: Quando se deu início o trabalho com Agroecologia? Quais foram os fatores que impulsionaram a transição agroecológica? Como foi o processo de convencimento e conscientização para mudança no modo de vida e produção? Quais as principais dificuldades enfrentadas na transição, nas questões de gênero, econômica e produtiva? Quais mudanças significativas foram e são observadas, com a Agroecologia, no agroecossistema, na saúde, na renda, na relação com companheiro/filhos/comunidade/movimento? A agricultura agroecológica está sendo economicamente viável? Como vê a relação das mulheres e homens com a Agroecologia? Quais as formas de emancipação que mais se destacam nas diferentes realidades? Quais as estratégias para convencimento da viabilidade e

importância da Agroecologia? A Agroecologia e o feminismo são caminhos para a transformação da sociedade?

Após a realização das entrevistas, os dados foram compilados e agrupados, e serão apresentados na sequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro com cinco mulheres, as quais tiveram seus nomes trocados para a exposição dos dados. No município de Alecrim, na fronteira noroeste do RS, participaram Carla, Verônica e Glaucia, todas indicadas por uma coordenadora estadual do MAB com atuação na região. No Alto Uruguai Gaúcho, foram entrevistadas Ana, de Charrua, a qual é dirigente do MMC e, no município de Severiano de Almeida, Ivete, que é membra da Rede Ecovida de Agroecologia. Durante as entrevistas, priorizou-se a presença apenas de mulheres, com exceção da conversa com Verônica, na qual estavam dois homens, incluindo seu companheiro, o que afetou o levantamento de dados, pois ocorreu o silenciamento da mulher. Os relatos foram gravados com o auxílio de celular, com consentimento das presentes, para posterior sistematização das informações.

Carla, Verônica e Glaucia, de Alecrim, são casadas, aposentadas e retornaram ao campo após anos de trabalho na cidade. Carla e Verônica foram indicadas pela coordenação do MAB por participarem do movimento e por serem beneficiárias do projeto PAIS. Já Glaucia foi indicada pela produção orgânica diversificada que ela e o companheiro mantêm e comercializam. Ana foi convidada a participar da pesquisa por ser agricultora, dirigente do MMC e estudante de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza, da UFFS Erechim, sendo uma pessoa de fácil acesso e com muitos elementos para contribuição. Ivete, agricultora familiar e feirante na UFFS Erechim desde 2014, foi convidada por ser integrante da Rede Ecovida de Agroecologia, além de estar presente semanalmente na Universidade com produtos de base agroecológica a preço acessível para toda a comunidade acadêmica, tendo muitas experiências para compartilhar.

Desde o princípio das entrevistas, quando questionadas sobre o início do trabalho com Agroecologia, são apresentadas realidades de contextos diferentes.

Carla, de Alecrim, retornou para o município com o companheiro quando este se aposentou. Pouco tempo depois, ressurgiu a ameaça da construção do Complexo Binacional Garabi/Panambi e começaram as reuniões para organizar a resistência do povo a partir do MAB, em vista de impedir a instalação das hidrelétricas e garantir direitos aos ameaçados, os quais, por meio de manifestações, conseguiram barrar o processo. Nesse contexto, o casal passou a participar de todas as atividades do movimento. Na área da Agroecologia, foram beneficiados, por meio do MAB, com o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), que consiste em uma horta circular irrigada, com um galinheiro central e placa solar de aquecimento de água, a qual proporciona grande economia de energia. Verônica, de Alecrim, relata que retornou ao campo, com o companheiro, há 18 anos, tendo sempre trabalhado com produção orgânica, desde a juventude, quando moravam com os pais, numa época em que ainda não havia agrotóxicos e sementes transgênicas.

Glaucia, também de Alecrim, professora aposentada, trabalhou sempre com educação. Teve relação com a agricultura desde a infância por meio dos pais, que plantavam soja e milho (fim de 1970-início de 1980), sem a utilização de agrotóxicos, tendo sempre optado por uma vida saudável. Ela e o companheiro, Pedro, começaram a trabalhar no município em 1999 com agricultura, de base agroecológica, por iniciativa de Paulo, que é técnico agrícola e trabalhou na Emater até 2015. Glaucia passou a se dedicar à Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF) após se aposentar, contribuindo na manutenção do jardim e na plantação de morangos e, o companheiro e 3 funcionários, cuidam das demais atividades, que incluem produção de mudas e cultivo de olerícolas, criação de peixes, galinhas e bovinos. Ana, de Charrua, conta que começou a estudar e defender a proposta da Agroecologia na juventude, porém, o pai não concordava por querer resultados imediatos na produção, tendo sempre trabalhado no modelo convencional. Atualmente, ela e o companheiro, que é técnico agrícola, moram na UPVF do pai dela, e estão implementando o cultivo agroecológico em um espaço de aproximadamente 2 ha, onde não ocorre aplicação de agrotóxicos há 10 anos. No restante da terra, a produção ainda é convencional. Ivete relata que, no ano de 2006, a família começou com a transição para uma agricultura de base agroecológica, com o cultivo de uma horta em forma de mandala, tendo trabalhado anteriormente com fomicultura.

Em todos os relatos em que houve retorno ao campo após anos de trabalho na cidade, como é o caso de Carla, Verônica e Glaucia, o motivo impulsionador foi a busca por maior qualidade de vida, com saúde e soberania alimentar. Nos casos em que houve um processo de transição agroecológica, como é o caso de Ana e Ivete, os fatores apresentados são a melhoria na saúde da família e o rompimento com o pacote tecnológico. No relato de Carla, um fator importante no processo da produção agroecológica foi a oportunidade de participar do projeto PAIS, proporcionada pela militância no MAB e pelo incentivo dado pelo movimento à Agroecologia. No caso de Glaucia, o companheiro puxou a frente da produção orgânica, por ter maior ligação com a agricultura, pela formação técnica e trabalho junto a Emater. Ana aponta que o fator determinante em optar pelo caminho da Agroecologia foi a consciência de que o Agronegócio é um pacote, em que as beneficiadas são as empresas ligadas ao setor. Quando questionada sobre o fator determinante da transição, Ivete afirma que foi a saúde da família, devido à quadros de intoxicação por agrotóxicos sofridos por ela, pelas frequentes enxaquecas de seu companheiro, e pela constância com que a família adoecia, vivendo à base de medicamentos da indústria química. A oportunidade de mudança surgiu através do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que desde o princípio forneceu a assistência técnica.

Sobre o processo de convencimento e conscientização para mudança no modo de vida e produção, os relatos são distintos, tendo em comum a preocupação com a saúde. Para Carla, o processo se deu a partir dos debates e problematizações feitas pelo MAB na questão da Agroecologia e gênero. Segundo Glaucia, levou-se em consideração a preocupação com a saúde e com o autossustento e a permanência no campo, com maior qualidade de vida. Ana conta que ela e o companheiro têm a mesma visão sobre a importância da construção da Agroecologia, o que tornou o processo de transição agrícola mais fácil, com exceção da resistência do pai, que persiste até hoje. No caso de Ivete, o começo da transição foi difícil, pois estavam acostumados com a dinâmica do manejo convencional, mas foram vendo que a saúde estava muito prejudicada e era necessário mudar, para a própria sobrevivência.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas na transição, todos os relatos apontam a deriva dos agrotóxicos usados pela vizinhança como um fator limitante. Segundo Carla, os agrotóxicos aplicados nas redondezas causam mal-estar por

intoxicação e prejudicam a produção de hortaliças. Outro gargalo apontado por Carla é a dificuldade de acesso a canais de comercialização e logística de transporte, pois a administração municipal prioriza o incentivo aos grandes produtores, em detrimento de ações de incentivo à Agroecologia e comercialização. De acordo com Verônica, o que diminui o efeito da deriva são as barreiras verdes da UPVF ainda assim prejudicando a produção de uvas, mamões e repolhos, além de causar desequilíbrios ambientais, favorecendo infestações por insetos. Gláucia relata que, inicialmente, ela e o companheiro cultivavam a terra de forma ecológica e coletiva com um grupo de 10-12 agricultores, os quais desistiram pois o retorno financeiro não foi imediato. Dentre os fatores que dificultam a produção estão o uso de agrotóxicos feito pela vizinhança e pela maioria dos estabelecimentos rurais da região noroeste do RS e o pouco incentivo dos governos para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica e para desenvolvimento de equipamentos adaptados par essas realidades.

Ana conta que sempre trabalhou na militância e ficava pouco em casa na agricultura, o que gerava conflitos, ao ponto de ela estabelecer cultivos e o pai passar com o trator por cima. Aponta que, atualmente, as dificuldades da transição na área da produção são a pouca mão-de-obra dedicada à agricultura; dificuldade de acesso à UPVF, prejudicando a logística para comercio direto; a aquisição de maquinários adaptados, os quais tem preço elevado e poucas formas de financiamento; dependência do uso de maquinários e equipamentos de terceiros; o fato de estarem cercados por veneno; a pequena quantidade de pesquisas avançadas sobre as formas de produção agroecológica; e a investida dos grandes monopólios do complexo agro-industrial-alimentar no desenvolvimento de “pacotes ecológicos”, os quais estão tentando se apropriar do termo “agroecologia”, como fizeram anteriormente com o termo “sustentável”. Na questão de gênero, relata que é complicado, pois “[...] as vezes damos dois passos pra frente e um pra trás”, gerando conflitos, apesar das concordâncias políticas. Um deles é por Ana estar cursando ensino superior e o companheiro ter formação técnica. De acordo com Ana:

A construção é cotidiana, e não são flores, tem muitas contradições. As relações humanas são cada dia mais complicadas, cada um tem uma lógica de ver o mundo. Um dilema diário é respeitar as

diferenças e construir algo juntos, e pra isso não tem receita. A visão de plantar é diferente, eu vou plantando, e para o técnico o canteiro tem que estar bem alinhado... uma vez eu brigava, agora eu brinco.

Para Ivete e a família, o processo de transição foi difícil e desafiador, principalmente no que tange à mão-de-obra, pois sem o uso de agrotóxicos, o trabalho braçal se torna mais penoso inicialmente, considerando também que o filho não morava nem trabalhava mais com os pais. A família contou sobre a dificuldade para realizar o controle de insetos no início da transição agroecológica, até que se estabelecesse um maior equilíbrio natural no ambiente, de modo a facilitar os manejos. Na questão financeira, também passaram por dificuldades porque, inicialmente, não tinham canais de comercialização para os orgânicos e reclamam da inexistência do reajuste dos preços, sendo essencial para melhorar a renda, considerando que o trabalho para a produção é difícil e os produtos são diferenciados. Assim, afirma a importância da constante luta por melhorias nas políticas públicas para a produção agroecológica de alimentos pela agricultura familiar. Outra dificuldade constatada em três das cinco UPVF é a ausência de sucessão familiar, para dar continuidade à atividade agrícola e compor a mão-de-obra, além do quadro de masculinização do campo, pois, nas duas UPVF em que há sucessão, esta é feita pelos filhos homens.

Sobre as mudanças significativas que foram e são observadas, com a Agroecologia, o ganho em qualidade de vida é uma constante. Carla considera a agricultura de base agroecológica muito importante, por proporcionar entretenimento no dia-a-dia, aliviar as preocupações no contato com a terra, melhorar a qualidade de vida, com saúde, alimentação fresca, limpa e ao alcance das mãos para toda a família. Nesse sentido, o projeto PAIS trouxe inúmeros benefícios, pela produção própria de alimentos de qualidade, os quais são consumidos pela família e pequenos animais, proporcionando grande economia com supermercado. Relatam que desde que estão na UPVF, evitam ao máximo usar agrotóxicos e demais insumos externos, usando urina de vaca, cinzas, calda sulfocálcica. A horta conta com irrigação e há poucas ocorrências de pragas.

Verônica conta que fazem 2 anos que possuem o PAIS e consideram o projeto muito bom. Agora a horta está posicionada num local mais úmido e sombreado, com irrigação, possibilitando a produção o ano todo. A qualidade de

vida melhorou muito, com saúde e abundância de alimentos nutritivos, reduzindo as compras em supermercado. Segundo Glaucia, toda a família passou a adotar uma alimentação mais natural, sem transgênicos e baixo consumo de alimentos industrializados, provenientes de supermercado, aliado a cultura de tomar chás, hábitos estes que proporcionaram alívio das enxaquecas sofridas por ela. Notaram o aumento da quantidade de pássaros nos entornos. Cultivam grande variedade de vegetais, com produção adubo de compostagem com cinza, carvão, terra, restos de alimentos e esterco, além da utilização de caldas e pós de rochas.

Sobre as mudanças observadas no agroecossistema, Ivete afirma que a fertilidade do solo aumentou visivelmente ao longo dos anos, com menor incidência de pragas e doenças quando o ambiente está em equilíbrio. O filho retornou à UPVF, e a saúde de toda a família melhorou incontestavelmente, fazendo com que há 11 anos ninguém precise recorrer a hospitais. Passaram a ter uma maior tranquilidade em lidar com os cultivos, em uma extensão menor de terra, o que facilita a organização, planejamento e possibilita um melhor aproveitamento da superfície agrícola disponível. A relação familiar também foi afetada positivamente, pois, com a produção agroecológica, todos os membros tem uma maior interação para tocar os processos produtivos e de gestão da UPVF, visto que a agroecologia não funciona por meio de pacotes, mas sim pela experimentação prática, considerando as especificidades de cada agroecossistema. Assim, o desafio de viver de forma agroecológica é coletivo, possível a partir da construção com toda a família. As relações para fora do círculo familiar foram ampliadas grandemente. A família é associada na SUTRAF-AU (Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai) desde antes de partir para a produção agroecológica, porém, a vida política teve um salto após a mudança no modo de vida e produção. A partir da assessoria do CAPA passaram a participar da Rede Ecovida de Agroecologia, por meio da qual recebem e realizam a certificação participativa dos produtos orgânicos. Através destas duas entidades, tiveram a oportunidade de participar de diversos eventos pelo Brasil, de conhecer lugares e pessoas, fazer amizades e trocar saberes, num movimento de buscar novos conhecimentos a partir de experiências práticas para implementar na própria UPVF, colaborando no processo de adaptação e construção da Agroecologia. Ivete é uma das dirigentes do coletivo de mulheres da SUTRAF-AU, o qual se configura como um espaço de diálogo, troca de conhecimentos e luta das mulheres agricultoras.

Nas reuniões, se preocupam em pautar a produção de alimentos orgânicos, o fortalecimento da saúde e a importância da prevenção por meio das plantas medicinais, além de levantar questões políticas, a partir da compreensão de que tudo se conquista a partir da articulação, organização e luta, na reivindicação de políticas públicas e direitos. Ivete afirma que uma das mudanças significativas vivenciadas é o sentimento de liberdade, de ser dependente de si mesma, sem precisar pedir autorização para dar os próprios passos.

Sobre a viabilidade econômica da agricultura agroecológica, as respostas são distintas, principalmente pelo fato de a agricultura não ser a principal renda familiar de todas as entrevistadas. Carla conta que ela e o companheiro são aposentados. Na questão econômica, não comercializam a produção, o que é um gargalo, pois não tem canais de escoamento. Segundo Verônica, a renda da família vem da venda do excedente da horta, do gado e da aposentadoria do casal. Foram sorteados no projeto de Agroecologia da Emater, no qual comercializam alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e consideram o programa muito bom, pois não há exigência de quantidade a ser entregue, numa variedade máxima de 10 produtos. Glaucia relata que a renda da família vem da sua aposentadoria, do trabalho do companheiro como técnico agrícola e da agropecuária. Vendem a produção o ano todo, de forma direta, para supermercados e feira da Cooperativa Central de Agricultura Familiar Ltda. (UNICOOPER).

Ana e a família, conforme relatado, não vivem exclusivamente da agricultura, atualmente com pouca comercialização. Estão fazendo o planejamento e a organização para, em 2019, investirem tempo e mão-de-obra na agricultura, para aumentar, diversificar e comercializar a produção, de modo a obter retorno econômico. No caso de Ivete, a principal renda da família é a agricultura e a demanda por alimentos orgânicos é sempre alta. Através do CAPA conseguiram abertura para comercializar a produção na feira localizada no bairro São Cristóvão, em Erechim e, posteriormente, na feira da SUTRAF-AU em Severiano de Almeida, além de participarem, desde 2014, do Grupo de Alimentação Saudável (GAS) da UFFS Erechim, por meio da Feira Agroecológica e, atualmente, do Projeto Feira Agroecológica e de Economia Popular Solidária, integrante do Programa Agroecologia e Economia Popular Solidária: espaço de empoderamento social e educativo (PAEPS) da UFFS. Também participam, desde 2006, do Programa PAA,

entregam alimentos para a Cooperfamília, para o Colégio Estadual Dr. José Bonifácio e em feiras e eventos. Considera que a produção agroecológica é viável, pela renda que proporciona e, principalmente, pela comida de qualidade que alimenta a família e os consumidores, pois não há dinheiro que pague a saúde.

Sobre a relação das mulheres com a Agroecologia, os relatos de Ana e Ivete foram marcantes e ricos em elementos para a reflexão. Segundo Ana, muitas mulheres se identificam com a Agroecologia porque sempre tiveram uma ligação maior, em relação aos homens, com o cultivo de alimentos, flores, chás, tudo em um mesmo espaço, na horta e nos arredores de casa. A sociedade patriarcal e capitalista produz e reproduz uma cultura em que os homens só pensem no retorno econômico, e não na saúde, na qualidade de vida. As mulheres produzem muitos alimentos que vão pra mesa e não são contabilizados, pois só é considerada a produção que é comercializada, ignorando-se o que se deixa de gastar com compra de alimentos. Uma realidade de muitas famílias do campo é que a base da alimentação é o que é produzido na UPVF, pois não há condições financeiras para comer o que “dá vontade”, assim, a produção de autossustento, feita predominantemente pelas mulheres, é essencial para a manutenção da família, o que na maioria das vezes não é reconhecido.

Para Ivete, a Agroecologia está diretamente ligada com a qualidade de vida da família, que tem como um dos principais fatores a alimentação e a saúde preventiva. Assim, as mulheres tem uma ligação muito mais forte com a terra e com a produção de alimentos de modo agroecológico, pois, historicamente, são elas que produzem as condições para o auto-sustento da família, desde o cultivo e o preparo dos alimentos e os cuidados com a saúde. Quando toda a família participa do processo produtivo, numa construção conjunta, a mulher tem liberdade para opinar e tomar decisões, sendo protagonista desses processos.

As formas de emancipação vividas pelas mulheres entrevistadas e apontadas por estas como frutos diretos e indiretos da Agroecologia são diversas. Para Carla, a forma de emancipação mais presente em sua vida se deu por meio da militância política, a qual proporciona um despertar para a realidade, somada ao companheirismo na tomada de decisões junto ao companheiro. Quando tem atividades do movimento, há a concordância com a participação de Carla, ao passo que o companheiro fica na residência, para cuidar da UPVF. Segundo Gláucia, a emancipação das indústrias químicas (agrotóxicos e medicamentos) e alimentar, por

meio da redução do uso de insumos externos, produção própria de alimentos e plantas medicinais é uma forma notável de emancipação, pela construção da soberania alimentar e nutricional.

Para Ana, a Agroecologia é de fato uma via de emancipação, por possibilitar às mulheres opinar na UPVF de forma consistente, por ser construída pela experimentação. Quando gera uma renda maior, proporciona autonomia financeira, mas também uma autonomia política, considerando que no manejo convencional, devem ser seguidos os pacotes da lógica estabelecida, não havendo espaço para experimentação. Quando a agricultura ecológica foca apenas na produção, gera autonomia econômica, mas, em contrapartida, constrói prisões no espaço privado da UPVF (como ocorre na atividade leiteira), indo contra os princípios libertadores da Agroecologia. Mas também é preciso levar em conta que, para fazer agricultura nos dias de hoje, precisamos ter acesso a tecnologias e precisamos gerar renda. Assim, surgem contradições que evidenciam a dialética da realidade, elemento importante para avançarmos nos debates sobre a Agroecologia e a sociedade que queremos construir.

Para Ivete, as formas de emancipação proporcionadas pela mudança no modo de vida e produção são diversas, dentre elas a econômica, de conquistar e gerenciar o próprio dinheiro, pois é ela quem faz as feiras. A emancipação das indústrias químicas e dos complexos agro-alimentares-industriais, por meio da promoção da soberania alimentar e nutricional e da saúde preventiva, com o uso das plantas medicinais, é de marcada importância para a manutenção de toda a família, com qualidade de vida. A autonomia de ir e vir, de ter uma vida política organizada e ativa, é uma das formas de emancipação mais negada às mulheres e, a conquista desta, é uma prova do poder da Agroecologia de mudar a vida das mulheres para a melhor e, conseqüentemente, de transformar a sociedade.

Para além das experiências agroecológicas já existentes, é de suma importância a disseminação da proposta, que vai muito além da substituição de insumos, pois deve englobar valores de coletividade e companheirismo, de respeito à natureza e a todos os elementos que a compõem, incluindo as pessoas, onde enquadra-se o feminismo. Assim, se faz necessário pensar em estratégias para convencimento da viabilidade e importância da Agroecologia.

Conforme o relatado por Glaucia, o largo emprego de agrotóxicos na região noroeste no estado contribui para o altíssimo consumo de medicamentos alopáticos,

sendo este um fato que deve ser denunciado para a sociedade, constituindo-se num motivo palpável para o incentivo à produção orgânica, a qual proporciona melhorias incontestáveis à saúde. Segundo Ana, as estratégias devem ser pensadas com base em cada realidade e necessidades postas. Em alguns lugares, o foco é a produção de alimentos pra venda na feira, em outros plantas medicinais, sementes, trabalho com as jovens, a luta por direitos.

Para Ivete, a consciência de cada um/a sobre o que está produzindo e ingerindo é importante, pois “[...] vale mais o prato na mesa, com alimentos limpos e seguros, do que o medicamento da farmácia.” E para este despertar de consciência, tratando-se de mulheres, é necessário um movimento de aproximação, mostrando que a emancipação e a melhora na qualidade de vida de toda a família é possível. Essa aproximação pode se dar convidando para participar de uma reunião do grupo de mulheres, ou até mesmo ir até ela, em sua casa, e ajudar no que for possível. Muitas mulheres desenvolvem quadros de depressão, e consideram que a forma com que o marido gerencia a UPVF está boa, mesmo comprometendo a saúde de toda a família e construindo prisões. É necessário convidá-las a despertar tirando-as do espaço privado e apresentando as possibilidades do espaço público, num processo em que se sintam seguras e no direito de opinar em casa, na família, na produção, tendo a certeza de que não estão sozinhas e de poder contar com as companheiras para o que precisar. A cada encontro do coletivo de mulheres, uma nova mulher se soma, querendo participar, por perceber a importância de uma alimentação saudável e das plantas medicinais.

Após todas as reflexões e dados apresentados ao longo das entrevistas, as mulheres foram questionadas se a Agroecologia e o feminismo são caminhos para a transformação da sociedade. Verônica conta que quando retornaram para o campo ficaram muito assustados com a quantidade de veneno que estava sendo usada e com os transgênicos. Ela e o companheiro demonstram uma grande preocupação com o fim das sementes crioulas e com o avanço dos transgênicos que produzem alimentos sem gosto e sem sabor. Acreditam na Agroecologia como um forte contraponto ao Agronegócio, sendo viável e proporcionando qualidade de vida. Conforme dito por Glaucia, nos governos Lula e Dilma havia maior incentivo para a pequena agricultura de base agroecológica e para a educação voltada para o campo. Há uma grande preocupação com o avanço dos discursos de ódio, de redução do Estado com as privatizações, e retrocessos nos direitos adquiridos pela

luta popular. Nesse cenário, os incentivos para agricultura de base agroecológica terão redução ainda maior do que já ocorre atualmente, tendo como exemplo a proposta de fusão dos ministérios da agricultura e meio ambiente. É destacado que não há como falar de Agroecologia sem falar de política, pelo fato de a Agroecologia ser, em essência, um enfrentamento político ao Agronegócio, que é a expressão do capitalismo no campo.

Para Ana, o que faz com que a Agroecologia e, conseqüentemente, o feminismo, sejam vias de transformação sociais é a prática produtiva e a concepção de sociedade. A Agroecologia é um modo de vida, um projeto de sociedade, em que a natureza é vista como um bem coletivo, que deve ser garantido para as gerações futuras e, para isso, precisa ser preservado. “A gente faz e acredita, então, o coletivo te faz avançar, ao apontar os problemas em comum e as possíveis soluções, mesmo quando estamos recuados, pessoalmente ou na família.” Sobre o Feminismo Camponês Popular, Ana afirma que “[...] é uma construção coletiva ligada a prática cotidiana das mulheres e nesse sentido, até 2004, o MMC não se dizia feminista, mas tínhamos a prática, discutíamos gênero, classe e projeto popular, sempre estando presente a discussão delicada que é sair de casa.” Segundo ela, há muitas companheiras estudando essas questões, o que ajuda a avançar no debate técnico científico e no debate interno, de como construir com os grupos, na base. “É a história de dar dois passos pra frente e um pra trás, que em épocas de crise, os direitos das mulheres são os primeiros a serem questionados, inclusive na esquerda.” Atualmente, para além da construção do MMC, há o conjunto de outras organizações sociais do campo e da cidade no Brasil, na América Latina por meio da Coordenadoria Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC), e a nível internacional por meio da Via Campesina, nesta última tendo participação contundente do MMC em escritos e debates sobre a questão das mulheres latino-americanas. Neste contexto, há muitos questionamentos, como o próprio fato de o MMC existir, sendo um movimento apenas de mulheres. Assim, mais uma vez, evidenciam-se as contradições que permeiam toda a nossa sociedade, o que evidencia a importância de ter mulheres empenhadas em levar a diante as reflexões e debates sobre o mundo que idealizamos e sobre a prática para o alcançarmos, o qual só será construído quando estabelecermos, de fato, o respeito com a natureza e entre as pessoas.

Ivete afirma que sempre propõe para transformarmos a sociedade, que só é possível com muita batalha. Com o apoio de políticas públicas, a agricultura familiar de base agroecológica renderia muito mais frutos para toda a sociedade, com benefícios mútuos. Aponta que são necessários maiores incentivos públicos e o comprometimento de mais entidades, inclusive as religiosas, instituições de ensino, com a disseminação da Agroecologia, com a emancipação das mulheres, para que estas ocupem os espaços de fala e deliberação e promovam a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos, é possível concluir que a modernização conservadora da agricultura é responsável por inúmeras mazelas sofridas pelas mulheres do campo, por aprofundar relações de dependência, sejam de gênero, de pacotes tecnológicos, do capital financeiro e alimentares, devido à sua raiz capitalista e patriarcal, fruto de guerras, da exploração humana e da natureza. O desafio de romper com esse modelo é grande e, para isso, é necessário repensarmos nossa forma de (co)existirmos em sociedade, com a construção de novas relações entre nós e com o meio, partindo de princípios de acesso à terra, água, biodiversidade, educação, saúde, trabalho, moradia dentre outros direitos básicos e, aos frutos do que é produzido pela classe trabalhadora, com respeito, dignidade, distribuição da riqueza e controle popular.

A adoção do modo de vida baseado nos princípios da Agroecologia, no caso das entrevistadas, é marcada por um processo amplo de conscientização política e da promoção da autonomia da mulher, ainda que seja marcado por contradições e diversas dificuldades, principalmente no que diz respeito às questões de gênero no ambiente familiar. Um ponto importante frisado por todas as entrevistadas é a visível melhora na saúde de todos os membros da família a partir da adoção da Agroecologia como modo de vida e produção, assim como o processo gradual de restabelecimento do equilíbrio da natureza e multiplicação da agrobiodiversidade.

Uma dificuldade constatada nas entrevistas é a sucessão familiar, a qual está acontecendo apenas em duas das cinco famílias. Este se constitui como um ponto importante a ser considerado para construirmos a nova sociedade, que é a participação ativa da juventude em todos os processos e o acesso desta à direitos - principalmente às mulheres jovens, as quais muitos direitos são negados - com

sucessão familiar (ou construção da nova geração camponesa) e políticas públicas de incentivo à produção agroecológica, o que contribui na permanência no campo.

Como apontado pelas entrevistadas, para a conquista coletiva da emancipação feminina a partir de práticas agroecológicas, é necessária a disseminação de conhecimentos por meio de trocas de experiências, entre a comunidade e desta com a Universidade e um intenso processo de articulação entre mulheres, para somarem forças na conquista de direitos e da autonomia. Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular se apresenta como uma vertente fundamental para compreendermos o patriarcado no campo e pensarmos estratégias de organização, articulação e luta por mudanças estruturais nas relações de gênero e de classe.

Para a maioria das mulheres, a questão do feminismo é delicada de ser abordada, principalmente na presença de homens no recinto, fazendo com que as reflexões de gênero permaneçam nas entre linhas. Essa questão evidencia as contradições existentes na sociedade, mesmo em famílias que se propõe a adotar a Agroecologia. Para analisar as respostas das mulheres entrevistadas, deve-se levar em consideração a geração a qual a maioria delas pertence, já estando aposentadas e, o contexto em que vivem, de territórios predominantemente rurais e com acesso precário à informação. Esses elementos, somados à opressão histórica à qual as mulheres são submetidas na nossa sociedade patriarcal e capitalista, são grades que constroem inúmeras prisões que, por serem provenientes de preconceitos estruturais, são difíceis de serem quebradas.

Em tempos de avanço de discursos de ódio, de sucateamento da máquina pública, de mercantilização e contaminação da natureza e implementação de políticas neoliberais, a necessidade da resistência popular e da luta conjunta se torna ainda mais essencial para as minorias em representatividade política, como mulheres, jovens e pequenos agricultores. Como estratégias para a organização e massificação da luta estão a denúncia contra o Agronegócio e os prejuízos causados por este, com destaque para a saúde humana - a qual apresenta melhora incontestável em sistemas de produção orgânicos – assim como a denúncia contra o sistema capitalista e patriarcal, produtor e reproduzidor de mazelas, principalmente para as mulheres. Somado a isso, é de suma importância a disseminação de experiências exitosas em Agroecologia e conquista da autonomia, por meio da aproximação entre mulheres, da troca de saberes, na construção de laços de

companheirismo, juntamente com organizações parceiras e engajadas na construção de uma nova sociedade.

Nesse contexto, a Agroecologia, que só é possível aliada ao feminismo e à luta social, se apresenta como uma forte arma de contraposição ao Agronegócio, entendido aqui como expressão do capitalismo patriarcal no campo, e contra as diversas formas de violência promovidas por este sistema de opressão, como a psicológica, econômica, política, física, sexual, que silenciam grande parte das mulheres camponesas. Assim, é possível afirmar, sem dúvidas, que a Agroecologia é um importante caminho de emancipação para as mulheres, por possibilitar o despertar de consciência e a construção da autonomia, seja ela econômica, patrimonial, política, social e nutricional.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/lais_/Downloads/1259-8664-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CINELLI, Catiane; SANTOS, Geneci R. Módulo III: Feminismo, Agroecologia e Sustentabilidade. In: BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2015, v. 01, p. 55-78.

COLLET, Zenaide; CIMA, Justina Inês. Produção de Autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa. In: BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2015, v. 01, p. 35-54.

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities agrícolas. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 136.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas do meio rural**. 4. ed. Brasília: DIEESE/MDA, 2011.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia**: processo ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

JAHN, Elisiane de Fátima; CONTE, Isaura Isabel. Agricultura familiar e camponesa: as questões de gênero na organização da produção. In: BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. 1. ed. Tubarão: Copiart, 2015, v. 01, p. 13-33.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **História do MAB**: 20 anos de organização, lutas e conquistas. Movimento de Atingidos por barragens. São Paulo, 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Sementes da vida nas mãos das mulheres camponesas**. Campanha pela produção de alimentos saudáveis. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br>. Acesso em: 15 out. 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Como a Rede funciona?** Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005.

STÉDILE, João Paulo. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 657.

THEODORO, Susi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (Org.). **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VIA CAMPESINA. **Quem somos nós?** A voz internacional do camponês. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 2003.

APÊNDICE A – FOTOS

Figura 1. UPVF de Ivete



Fonte: Autora, 2018.

Figura 2. UPVF de Glaucia



Fonte: Autora, 2018.